

Luís Miguel Duarte

D. DUARTE

REQUIEM POR UM REI TRISTE

TEMAS E DEBATES

Sumário

PARTE I: DO BERÇO AO CASAMENTO

Capítulo 1 — Introdução	9
Capítulo 2 — D. Duarte na história: a sombra de Oliveira Martins	17
Capítulo 3 — O herdeiro acidental	37
Capítulo 4 — A casa do infante D. Duarte	48
Capítulo 5 — Ceuta	55
Capítulo 6 — Um rei sem coroa	80
Capítulo 7 — A depressão	118
Capítulo 8 — O casamento	128

PARTE II: ENFIM, REI

Capítulo 9 — A morte de D. João I	179
Capítulo 10 — A primeira impressão: as cortes. Leiria-Santarém, 1433	213
Capítulo 11 — As leis do rei D. Duarte	231
Capítulo 12 — Marcas longas de um reinado breve	246
Capítulo 13 — Deus e a Igreja	252

Capítulo 14 — O rei que gostava de escrever	271
Capítulo 15 — O culto da memória ao serviço da política	292
PARTE III: OS ANOS DE CHUMBO. O FIM	
Capítulo 16 — Tânger, 1437	303
Capítulo 17 — Agora e na hora da nossa morte	344
Capítulo 18 — Notas para um sermão nas exéquias de D. Duarte	368
Anexos	375
Cronologia	377
Genealogias	389
Fontes e bibliografia	395
Índice remissivo	409

Capítulo 1

Introdução

Esta é a história de D. Duarte, undécimo rei de Portugal, o primeiro a usar este nome, o segundo monarca da dinastia de Avis. Filho de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, nasceu em Viseu, em 31 de Outubro de 1391. Armado cavaleiro aos 24 anos, casou-se em 22 de Setembro de 1428, em Coimbra, com D. Leonor de Aragão. Por morte de seu pai, foi aclamado rei em 15 de Agosto de 1433. Faleceu da vida deste mundo em Tomar, a 9 de Setembro de 1438. Reinou portanto cinco anos. Está sepultado no Mosteiro da Batalha, nas Capelas Imperfeitas, ao lado da sua esposa. Teve nove filhos, três dos quais mortos à nascença. Um deles iria suceder-lhe no trono como D. Afonso V.

Quase todos os historiadores sonham escrever uma biografia. E, conversando entre si, discutem preferências. Eu desde que me lembro me senti fascinado pela figura deste rei breve e relativamente mal-amado. Por isso, quando fui convidado para o projecto e me foi proposto D. Duarte, aceitei com entusiasmo.

Nas reuniões promovidas pelos coordenadores da presente colecção de biografias régias, cedo se trocaram observações humorísticas sobre o rei que foi proposto a cada um de nós e as respectivas ligações familiares. Eu teria de trabalhar em estreita proximidade com o «meu» pai, D. João I, ou seja, com Maria Helena da Cruz Coelho, autora da biografia do rei *de Boa Memória*, e, eventualmente, trocar impressões com o «meu» filho, Afonso V, estudado por Saul António Gomes — boas notícias, sendo dois investigadores que muito admiro e estimo. Mas sobretudo eu tinha sorte! Um reinado de cinco anos, sumido entre um de 48, de seu pai, e outro de 43, de seu filho — cinco anos tristonhos, sem efemérides de maior, à excepção do desastre de Tânger? «Faz-se» depressa, comentavam, no nosso calão de historiadores.

Não faz. Porque esta colecção não pede a história política do reinado, pede a biografia do homem que foi rei, o que significa toda a diferença. D. Duarte morreu cedo. É verdade que quase todas as pessoas morrem cedo e, segundo Jorge de

Sena, nenhuma de morte natural. Mas este rei finou-se aos 47 anos. É cedo. Em todo o caso, os cinco anos de reinado multiplicam-se por dez. E os temas a pensar, os acontecimentos a examinar, os sentidos (ou a falta deles) a buscar multiplicaram-se por mil. A personalidade de Duarte é rica, complexa, a vida que lhe tocou viver muito cheia e os tempos em que essa vida se gastou estimulantes. Este homem escreveu dois livros e deixou um terceiro, de notas; ajudou o pai nas tarefas do trono durante duas décadas; protagonizou um casamento, como dizer?, acidentado, do qual resultaram nove infantes; foi filho de quem foi e irmão dos irmãos que sabemos; sofreu uma depressão; durante o seu reinado os Portugueses dobraram o cabo Bojador e perderam uma batalha — e ele um irmão — em Tânger. Definitivamente, não é biografia que se escreva depressa.

Uma luta desigual

A um biógrafo de D. Duarte colocam-se à partida vários problemas, quase todos eles relacionados com as fontes de que dispomos para o conhecer.

Um dos maiores, e difícil de ultrapassar, é o silêncio das crónicas para uma fase importante da sua vida. A *Crónica de D. João I*, de Fernão Lopes, termina, inacabada, em 1411, quando Duarte andava pelos 20 anos. A *Crónica de D. Duarte*, de Rui de Pina, narra exclusivamente os cinco anos do reinado, começando com a reacção do infante sucessor à morte do pai, D. João I, e acabando com o falecimento de Duarte e uma breve apreciação da sua efémera passagem pelo trono. Entre 1411 e 1433, ou seja, entre os 20 e os 42 anos de D. Duarte — que, repito, morre com 47 —, não temos relatos cronísticos.

Melhor dito: temos um, a *Crónica da Tomada de Ceuta*, de Gomes Eanes de Zurara. Aí se fala da expedição africana desde os primórdios da sua concepção, em 1411, até ao lavar dos cestos, já em Portugal, concluída com êxito a empresa, em 1415. E nessas páginas vislumbramos algum D. Duarte; não muito nem muito nítido porque, como veremos quando se falar de Ceuta, a obra de Zurara preocupa-se sobretudo com o infante D. Henrique. Por outro lado, a *Crónica de D. João I* quase não fala de Duarte; regista o seu nascimento, como tinha de fazer, e regressa às «coisas sérias», em particular ao conflito sempre latente com Castela. Por isso afirmo que temos a crónica do rei por cinco anos mas não temos crónicas sobre o homem desde o nascimento até 15 de Agosto de 1433, quando sobe ao trono, com 42 anos, cinco antes de morrer.

Crónica do reinado, ficou a de Rui de Pina. Mas é um texto de grande complexidade, quase me apetecia dizer traiçoeiro. No limite, todas as fontes são «mentirosas», escreveu Bernard Guénéé. O historiador francês queria com isto dizer que os materiais com que os investigadores trabalham, mesmo os aparentemente mais fiáveis (ou sobretudo esses), mesmo os que produzem mais efeito de

real, podem enganar, retratam a realidade, ou o que quer que isso seja, segundo determinados prismas deformadores. E portanto exigem aos historiadores um trabalho técnico de interpretação, de hermenêutica, para nos aproximarmos tanto quanto possível «das coisas como verdadeiramente se passaram», nas palavras do positivista alemão Leopold von Ranke. Sabendo que nunca chegaremos a esta meta, mas que nos podemos sempre aproximar, que nos é lícito encarar a verdade como horizonte, com tudo o que o horizonte tem de fascinante e de fugidio.

Mas há mais escolhos: por exemplo, o excesso de luz à volta de D. Duarte. Este homem movimentou-se num palco em que os actores de primeira eram multidão. D. João I, D. Filipa de Lencastre, o condestável Nuno Álvares Pereira, os infantes D. Pedro e D. Henrique, o infante D. Fernando, que morreu em Fez, a irmã, D. Isabel, que casou na Borgonha; ou, saindo da família de Avis, esse príncipe da Igreja que foi o abade D. Gomes, de Florença — é impossível separar a vida de D. Duarte da destas poderosíssimas figuras. E quando elas dão nas vistas, tanto se podem iluminar umas às outras como projectar sombras em torno de si; o protagonismo de D. Henrique, em Ceuta, como veremos, obscureceu a contribuição do pai e dos irmãos.

Os nossos «tempos»

Depois de resumir os ventos contrários, é de justiça que agradeça aos que sopram a meu favor. Temos a crónica do seu reinado, mesmo enviesada e cobrindo apenas um pequeno período; mais a da conquista de Ceuta. Temos o que D. Duarte escreveu: o *Livro da Ensinança de bem Cavalgar Toda a Sela*, o *Leal Conselheiro*, um caderno de apontamentos que no nosso meio conhecemos como o *Livro da Cartuxa* (ou *Livro dos Conselhos de D. Duarte*) — três obras diferentes entre si que têm alimentado numerosos estudos e continuarão a fazê-lo. As três disponíveis em edições de grande qualidade científica.

Podemos estudar muita da documentação que foi produzida nas três reuniões de cortes do seu reinado (1433, 1436 e 1438); inúmeros diplomas importantes dos seus livros de chancelaria foram sumariados ou integralmente copiados na segunda metade do século xv. E ambas as fontes — as cortes como a chancelaria — estão comodamente disponíveis numa excelente edição do Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa.

Mais: não se foi impunemente filho daqueles pais e irmão daqueles irmãos. As duas primeiras gerações da dinastia de Avis deixaram muita documentação, muito relato, muita crónica, muito escrito pessoal. Desde os livros coligidos, traduzidos ou parcialmente redigidos por D. João I ou pelo infante D. Pedro, passando pela crónica do infante D. Fernando (mais hagiografia, isto é, vida de santo, do que crónica, aliás), pela abundante documentação eclesiástica, pelas numerosas leis e ordenações (muitas delas recolhidas em volume e indexadas pelo próprio rei, as chamadas *Ordenações de D. Duarte*), a massa de informações é